

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SP: Argos, 2006, 135p.

Palavras-chave: Mário de Andrade; história museal; memória nacional.

Keywords: Mário de Andrade; museology history, national memory.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Eleonora Zicari Costa de Brito.
emerson_dionisio@hotmail.com

Novas visões sobre o papel político e crítico de Mário de Andrade têm sido ofertadas ao mercado editorial nos últimos anos. O olhar “plástico” (Marta Rossetti Batista), a fotografia segundo sua sensibilidade (Amarildo Carnicel), seu “mundo musical” (Jorge Coli) e as relações do escritor com os intelectuais argentinos (Patrícia Arturo) são apenas alguns poucos exemplos de uma bibliografia vasta no campo da literatura e das inúmeras análises de crônicas, romances, ensaios, poesias e dramaturgias produzidas por ele.

O museólogo Mário Chagas insere-se nesse heterogêneo grupo ao nos ofertar uma análise sobre a ótica museológica de Andrade entre os anos de 1917 – sua estréia na literatura – e de 1945, ano de sua morte. O autor acerta ao denominá-la de ótica, pois, de início, observa-se que o pensamento da prática museal nos trabalhos do escritor paulista não é explícito. Para percebê-lo, foi necessário o cruzamento de diferentes fontes de pesquisa, que variaram de registros políticos à correspondências do escritor. Se o empreendimento poderia parecer simples, seria apenas por desconhecimento do observador quanto ao risco constante de se cair em simplificações e escolhas arbitrárias, cujo sentido apenas repetiria os lugares-comuns nas análises da produção marioandradiana., Chagas, dessa forma, nos oferece uma análise enviesada e criativa de Mário de Andrade, um intelectual preocupado desde os anos 20 em delinear uma política de conservação do patrimônio cultural brasileiro.

A análise parte da etnografia incipiente proposta por Andrade, voltada à cultura popular, para delimitar o que se pode compreender como o papel do museu em sua obra. Ele acreditava que ao Estado cabia o patrocínio de expedições de coleta folclórica e preservar os elementos selecionados a preservação dos elementos selecionados em ambientes museais adequados. Mas não só. Quando propunha a criação de expedições, sua finalidade não estava apenas endereçada ao papel coletor, mas, sim, a uma trama pedagógica que visava, entre outras coisas, um “museu de reproduções”, cuja meta era a de levar a regiões remotas um pouco das artes plásticas produzidas nos centros urbanos. Chagas vê aí não apenas uma

Enviado em 27 de fevereiro de 2008 e aprovado em 30 de abril de 2008.

revisão do papel do etnógrafo, por meio do sentido educativo, mas também uma revisão do próprio fazer museológico.

É nesse ponto que o estudo de Chagas salienta uma contradição. Um dos méritos do livro advém da compreensão da amplitude e da ambigüidade do pensamento “modernista” de Mário Andrade. Ao mesmo tempo em que sua “redescoberta” do Brasil, distante dos centros culturais, almejava uma redefinição da identidade brasileira em prol das populações não assistidas, sua busca pelas raízes mais populares e vitais estava em plena consonância com os programas do Ministério da Educação sob a batuta conservadora de nomes como Gustavo Capanema. Em seu envolvimento com o popular, o local e o histórico, o intelectual paulista estava, a princípio, servindo a toda uma ideologia que buscou, na exaltação do tradicional, ofertar um quadro seguro e estável do que poderia ser o futuro. Nesse tocante, Chagas não peca em invalidar a obra de Andrade, pois possui consciência precisa dos usos que o Estado, em especial o varguista, produziu sobre suas teses.

Nesse sentido, o grande desafio intelectual de Andrade foi Gustavo Barroso, então criador do Museu Histórico Nacional (1922), defensor do modernismo verde-amarelo e incentivador do “culto a saudade”, como baliza das políticas de memórias patrocinadas pelo poder público. A posição de Andrade era avessa a de Barroso, pois, o primeiro considerava o museu como um espaço de reflexão e de pesquisa, apto a servir “às classes trabalhadoras, como instituições catalisadoras e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças diversas, como âncora de identidade cultural” (CHAGAS, 2006: 70).

É fácil ler o percurso marioandradiano como um instrumento para o fortalecimento dos museus voltados à constituição de uma história nacional, datada, linear e amparada nas relíquias eruditas da pátria. Todavia, a partir da atuação do modernista no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1934 e 1937, o problema do “nacional” tornou-se um elemento útil para salientar a dimensão educativa dos museus. Foi nesse período que ele esboçou as primeiras considerações sobre o Museu da Palavra, projeto abortado com o Estado Novo, mas que representava uma redefinição mais ampla de patrimônio.

Outra proposta do escritor – também não-viabilizada –, foi o museu de reproduções, no qual obras-primas brasileiras e estrangeiras reproduzidas seriam expostas às comunidades que não tinham acesso às obras originais. “Esse plano trazia para o mundo museológico uma discussão inovadora, na medida em que desmistificava o original e elevava a réplica à condição de objeto museal” (*idem, ibidem*: 77). Essa iniciativa foi polêmica e o meio artístico não apoiou tal idéia, pois ela afetava o caro mito da “raridade” que às duras custas mantinha cada obra como elemento indivisível e indissociável de seu criador. Dessa forma, Estado, mercado (ainda incipiente) e artistas uniram-se contra essa proposta.

Além dessa breve experiência no Departamento de Cultura, que gerou mais expectativas que ações, Chagas analisa quatro documentos para compreender a dimensão museal marioandradiana: o anteprojeto elaborado para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), em 1936; a carta do escritor a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em setembro do mesmo ano; uma outra carta, de Mário de Andrade a Paulo Duarte, cuja finalidade era apoiar a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, promovida por Duarte, em 1938; e o artigo “Museus Populares”, publicado no periódico *Problemas*, em 1938.

Na primeira obra analisada, o famoso anteprojeto, Andrade traça um sistema de classificação “octogonal” dos bens que deveriam ser protegidos. Para isso selecionou quatro livros de tombo – arqueológico e etnográfico, histórico, das belas-artes e das artes aplicadas e da tecnologia industrial – acompanhados por quatro museus “centrais” correspondentes aos referidos livros. Embora sua divisão apresente elementos inovadores para a época e introduza a idéia de preservar bens “imateriais”, a separação dos bens culturais por meio de valores temáticos (que espelhavam sua finalidade), segundo Chagas, além de demasiadamente arbitrária, era também “menos simples, muito menos resolvida do que julgava Mário de Andrade, e isso em virtude de

questões técnicas, culturais, econômicas e políticas” (*idem, ibidem*: 89) que, ainda hoje, matizam e polemizam as discussões sobre a conservação do patrimônio cultural.

Na carta a Franco de Andrade, o escritor paulista defendia a reorganização do Museu Nacional a partir de uma visão menos eloqüente da história pátria e da adoção de uma abordagem nacionalista que refletisse o múltiplo, o diverso, o contraditório e o “desgeografizado” da cultura brasileira. Tais objetivos seriam atingidos graças à coleta e à exposição de uma etnografia popular.

Em uma outra carta, destinada desta vez a Duarte, Mário de Andrade faz a reveladora distinção entre museus especializados e museus municipais. Os primeiros deveriam ser erguidos nas grandes cidades e refletiriam uma moderna forma de apresentar o País, enquanto os outros deveriam “conter de tudo”, visando ao amálgama identitário regional. Aqui também ele admite que a idéia de que os museus só poderiam operar com “objetos herdados” do passado não se sustentava, ao propor que objetos construídos ou replicados pudessem compor o ambiente educativo do museu.

Mário de Andrade realizou ainda uma síntese dessa idéia no artigo de 1938. Com isso o autor reforça a dimensão educativa dos museus e insi na criação de museus de arte com reproduções: “em vez de tortuosos museus de belas-artes [...] cheios de quadros verdadeiros de pintores medíocres, com menos dinheiro abramos museus populares de ótimas reproduções feitas por meios mecânicos.” (*idem, ibidem*: 96). O autor também retoma a valorização do popular e do nacional, o que exigia, segundo o mesmo, a revalorização dos bens não-tangíveis como forma de alcançar toda uma cultura não-letrada. Essas Idéias, entretanto, sofreram por décadas a resistência das políticas tradicionais de memória.

Para Joaquim Arruda Falcão, citado por Chagas, a defesa dos bens não-tangíveis de Mário de Andrade foi “historicamente prematura” e “politicamente solitária” a tal ponto que nenhum grupo social assimilou a proposta. Foi preciso algumas décadas para que o assunto voltasse à pauta de discussão entre os legisladores brasileiros e se assumisse a catalogação e a proteção das culturas populares, sobretudo em suas dimensões minoritárias – a cultura indígena e a afro-brasileira.

Surge em meio a essa discussão a importância do colecionador Mário de Andrade, preocupado e comprometido com duas dimensões do ato de selecionar. Uma se estendeu das artes visuais aos registros históricos da cultura material brasileira, e a outra representa a necessidade de narrar a própria trajetória intelectual por meio da reunião e da conservação de documentos (termo amplo aqui) em si.

Cabe considerar por fim que a polêmica militância cultural do escritor modernista não pode ser dissociada de suas posturas políticas, que não encontram unanimidade entre os especialistas que investigaram seu legado. É por isso que, embora muito estudado, Mário de Andrade ainda é fruto de muitos debates em nossos dias. O que *Há uma gota de sangue em cada museu* nos oferece, principalmente aos historiadores, é a possibilidade de rever importantes documentações por ângulos diversos daqueles estancados pelas literaturas precedentes, um exercício muito útil de reavaliação da própria maneira de pesquisar textos com forte acento biográfico e afetados (alterados) por uma gama ampla de interpretações.